



**ACORDA RAIMUNDO!**

## **MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM ANÁLISE**

*Eixo Temático 23 – Masculinidades e feminilidades: tensionamentos e possibilidades no espaço escolar e não escolar*

Alice da Silva Santos de Sousa <sup>1</sup>  
Andrea de Sousa Gama <sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este artigo teve por finalidade analisar os trabalhos acadêmicos que versam sobre políticas para homens autores de violência de gênero. Sendo necessário debater os conceitos a masculinidades, masculinidade hegemônica e masculinidade tóxica sob a ótica de gênero. A pesquisa realizada é quantitativa e qualitativa, sendo utilizado o Power Bi para a área quantitativa e o estudo do estado da arte para compreensão mais aprofundada acerca da implantação dessas políticas em diversos estados. Foram abordadas as políticas públicas através da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) onde se encontra a criação de grupos reflexivos para autores de violência doméstica. Em seguida foi feito o levantamento, na Base de Teses e Dissertações (BDTD), de 26 trabalhos que se aprofundaram na temática de políticas públicas para homens autores de violência, e a partir desses dados são realizadas reflexões acerca deste campo e da pouca participação da área do Serviço Social, bem como do assistente social nessas políticas.

**Palavras-chave:** Masculinidades, Violência de Gênero, Lei Maria da Penha, Grupos Reflexivos, Políticas Públicas.

<sup>1</sup> Mestre do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [alices@id.uff.br](mailto:alices@id.uff.br);

<sup>2</sup> Professor orientador: Dr<sup>a</sup> Andréa de Sousa Gama, Programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [andreasgama@gmail.com](mailto:andreasgama@gmail.com).



## INTRODUÇÃO

A violência de gênero acaba sendo o resultado de uma construção histórica que está ligada diretamente às relações de poder de gênero, de classe, raça/etnia. No Brasil, temos maior visibilidade para esta temática a partir da década de 1980 com os movimentos feministas voltados para a igualdade de gênero e na década de 1990 temos nesse período a violência contra a mulher sendo reconhecida como uma violação de direitos humanos. Com a promulgação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) houve subsídios para políticas de enfrentamento à violência de gênero, incluindo o autor das agressões e o atendimento a eles através de políticas públicas, ampliando o olhar para além da mulher incluindo o agressor e a família. Esse artigo busca identificar as políticas ou ações existentes para autores de violência doméstica; caracterizar a natureza da produção acadêmica direcionada as políticas públicas para autores de violência doméstica; reconhecer no material encontrado se as políticas públicas e /ou ações são consequências da Lei Maria da Penha ou não; detectar as lacunas e os limites apresentados a partir dos resultados encontrados; localizar em quais áreas as políticas sobre autores de violência doméstica são discutidas. Com isto, podemos compreender se elas, de fato estão sendo implementadas e se estão funcionando, nos auxiliando no debate, sendo este interseccional, tendo elementos mais embasados para uma discussão acerca do que a lei Maria da Penha propõe e sua real efetividade para o atendimento aos autores de violência doméstica, sendo assim, um contraponto que visa fomentar o debate acerca da violência de gênero dentro desse viés.

## METODOLOGIA

A pesquisa tem por base metodológica o campo do “estudo do estado da arte”, que vem sendo estudado no Brasil desde a década de 1980, e esta consiste em uma pesquisa de caráter exploratória visando aproximar o objeto de estudo ao nicho de pesquisas. Segundo ROMANOWSKI; ENS (2006, p. 39), podemos “identificar os



aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas [...]”. A pesquisa foi realizada através da BDTD (Biblioteca de Teses e Dissertações), através da “coleta e verificação dos dados; análise e interpretação dos dados [...]” GIL (2023, p. 95). Foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório-descritiva para mapear a produção acadêmica e obter uma compreensão da realidade da área explorada. Com isto, foi realizada a confecção de uma planilha em Excel e logo após a mesma foi trabalhada através do programa Power Bi e com seus resultados feitas as devidas análises.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Silva (2012), com o crescimento teórico de gênero enquanto categoria de análise, pensado por Scott na década de 80 e tendo a perspectiva de gênero sendo trabalhada acerca das construções sociais (SCOTT, 1995), temos uma consolidação das pesquisas sobre gênero, principalmente na década de 1980. A autora ainda afirma que os estudos, antes chamados de estudos de homens, surgem desde a década de 60, mas o diálogo ganha maior visibilidade nas décadas posteriores também em outros lugares, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. No Brasil foi a partir da década de 1990 que o estudo sobre masculinidade passou a ser realizado com mais afinco nas universidades (ADRIÃO, 2005), tendo uma conotação de gênero com uma perspectiva relacional, ou seja, o homem enquanto objeto de estudo e também como sujeito do conhecimento sobre gênero. Em 1990 temos no Brasil as primeiras teses de mestrado que falam sobre masculinidades, sendo realizadas primeiramente nas regiões Sudeste e Sul. De acordo com ADRIÃO (2005), eram estudos nas áreas da antropologia e da psicologia social, relacionados às faculdades UFSC e PUC-SP. Aqui abordaremos sobre as masculinidades enquanto construções culturais e por isso trataremos masculinidades, no plural, tendo por pensamento as múltiplas masculinidades. No final dos anos 80 e início dos anos 90 temos o conceito de masculinidade hegemônica formulado e se consolidando mediante estudos na área acadêmica. De acordo com KIMMEL (1998), os diferentes significados de masculinidade referem-se à variação de cultura em diversos períodos históricos. “La



interacción del género con otras estructuras como la clase y la raza ocasiona nuevas relaciones entre las masculinidades”. (CONNELL, 2003, p. 115). A masculinidade hegemônica acaba por legitimar a subordinação das mulheres aos homens a partir de um determinado padrão masculino. Temos a masculinidade tóxica, que precisa também ser debatida dentro da perspectiva patriarcal, machista, que ainda hoje temos como impositiva em nossa sociedade. Para JABLONSKI (2021), a masculinidade tóxica propaga uma imagem degradante da mulher. E sabemos que isso se deve também aos estereótipos impostos pela sociedade, mas considerando o sexismo, segundo o autor, atinge diversos campos, como as famílias, a educação e até mesmo o amor.

Desta forma conseguimos entender que é de fundamental importância olharmos para a construção das masculinidades não violentas, tendo uma masculinidade crítica, mas para isso é necessária uma ampla discussão, e ter de fato os homens inseridos nela é essencial. Toda essa reflexão está posta de forma prática enquanto política pública. E temos a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) promulgada, trazendo uma total modificação no Código Penal, reconhecendo a agressão contra as mulheres como uma violação de direitos humanos. Os Artigos 30 e 35 da Lei Maria da Penha, garantem o desenvolvimento, por parte de equipe multidisciplinar, de acompanhamento, de trabalhos de orientação, encaminhamento e prevenção voltados não somente para a mulher e seus familiares, mas também para o agressor. Prevê assim, a criação de centros de responsabilização do agressor, e no Artigo 45, a determinação, pelo juiz, de comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e de reeducação. Recentemente o Artigo 22 da Lei Maria da Penha foi alterado pela Lei 13.984/2020, tornando como medidas protetivas de urgência a participação obrigatória do autor de violência em programas de recuperação e reeducação e o acompanhamento psicossocial por meio de atendimento individual ou grupo de apoio. Segundo BEIRAS; BRONZ (2016, p.13): “no caso dos homens, há uma melhora na capacidade de controle da violência, e no caso das mulheres uma melhora na autoestima”, porém o acompanhamento e a avaliação destas ações precisam ser aprimorados nacional e internacionalmente. BEIRAS et al. (2021).



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram 41 dissertações e teses analisadas na BDTD, selecionados a partir do: título, resumo e palavras-chave. A partir da leitura dessas dissertações/teses e a inclusão desta em planilha do Excel através de divisão de campos, estes dados foram analisados pela ferramenta Power Bi e podemos compreender alguns fatores a partir disto. Foi feito o recorte de tempo a partir da Lei Maria da Penha (2007 a 2022), houve uma linearidade entre os anos tanto que em 2008 logo após a promulgação da lei houveram 4 produções relacionadas ao enfrentamento à violência de gênero a partir da ótica dos autores, seguidas da mesma quantidade entre os anos de 2016, 2018 e 2019. Nestes intervalos oscila entre 1 e 3 produções. Esses números ainda são baixos considerando que representam produções realizadas em todo o país. A maioria das produções foram realizadas por mulheres, tendo um percentual de 25 em relação a homens com o percentual de 16. Esclareço que não existe nas bases de dados informações mais específicas sobre o gênero dos autores, nem informações sobre raça/etnia, podemos assim, apontar a falta destes dados e a importância para uma análise mais precisa e plural. As produções realizadas são compostas por mais dissertações do que teses, sendo 34 dissertações e 7 de teses, predominando na região Sudeste a concentração destas seguindo das regiões Nordeste, Distrito Federal e a região Sul. Compreendemos assim, que este tema está sendo discutido e analisado a nível de mestrados, mas não estão tendo continuidade no doutorado, nos deixando com mais indagações do porque não há um aprofundamento desta temática. Houve uma predominância da região Sudeste, seguida do Nordeste, Distrito Federal e Sul. O programa de pós-graduação que mais se destaca é o de Psicologia com realização de 13 produções, seguido do programa de pós-graduação em Saúde Coletiva com 3 produções e o programa de Saúde Pública também com 3 produções. Temos os programas de pós-graduação em Direito, História, Psicologia Clínica e Sociologia com 2 produções. Isso nos mostrou que a área de psicologia é a que mais tem se debruçado sobre essa problemática e vimos a área do Serviço Social ser representada nessa análise apenas com



1 produção. Temos aqui uma amostra da realidade, não a tornando absoluta. Mas, nos deixando em alerta sobre a predominância da área de psicologia e saúde na discussão do tema. A área do Serviço Social que trabalha diretamente com essa problemática não tem focado em discutir e analisar a violência de gênero com ótica em masculinidades e nas políticas públicas para os HAV. Os principais trabalhos realizados foram no Estado de Pernambuco pela Universidade Federal de Pernambuco com 4 produções realizadas na área de Psicologia e a região de Minas Gerais aparece com 3 produções realizadas pela Universidade Federal de Minas Gerais. As principais palavras chaves localizadas foram Gênero e Masculinidades utilizadas 26 vezes, as palavras Homem, Violência e Violência Contra a Mulher utilizadas 11 vezes. As principais políticas públicas apontadas nesses trabalhos além das: DEAMs com 4 citações, foram: Lei Maria da Penha com 3 citações e Grupos de reflexão com 2 citações. Existe uma polarização e uma falta de políticas públicas direcionadas pelo governo federal que daria uma uniformidade a esses serviços.

No geral as políticas públicas encontradas nesses trabalhos foram 26. Os grupos de atendimento a HAV trazem muito essa proposta de desconstrução dos padrões que são naturalizados através da masculinidade hegemônica e buscam promover uma reflexão através de uma nova porta de possibilidades de compreensão de si, do outro e do meio em que estes homens vivem e a maneira com que se relacionam. Diversas foram as dificuldades encontradas nas dissertações/teses, que apontaram problemas operacionais, metodológicos, institucionais e burocráticos. Falta de estudos e pesquisa sobre a temática na área do Serviço Social e também de homens enquanto facilitadores de grupos reflexivos. Outra observação é a não conformidade nos atendimentos aos homens, o que acarreta no não atendimento a eles. Seguido da precarização do trabalho dos grupos reflexivos no judiciário, seja em relação a profissionais qualificados ou à infraestrutura que eles necessitam para se manterem atendendo. Além da falta de uniformidade na concepção dessas políticas públicas, que ora são apoiadas pelo judiciário e ora estão atreladas a ele, mas não fazem parte formalmente, acarretando em dificuldade de se compreender a gestão dessas políticas, ficando à mercê de cada estado. E ao final, quando olhamos para os relatos de alguns homens assistidos pelo grupo reflexivo, concluídos através dos autores, que apesar das dificuldades, se obtêm resultados positivos e de



potencial mudança. Analisamos ainda que há necessidade de uma política focada em gênero e que esta esteja inserida em uma política nacional voltada aos HAV, abrangendo a totalidade das ações. Além disso, tais políticas necessitam de investimentos próprios e de continuidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a violência de gênero sob a ótica do atendimento aos autores de violência, refletindo sobre as masculinidades é uma tarefa bastante complexa, e vimos quantas intersecções esse tema nos traz. Não sabemos se ele ainda é pouco explorado no Serviço Social devido a sua complexidade; só temos a certeza de que isto é fato. Nas discussões apresentadas vimos a real necessidade de se trabalhar com mulheres e homens, entendendo que o caminho para a diminuição das estatísticas de violência de gênero e feminicídios está atrelado às maneiras dicotômicas como a sociedade pauta homens e mulheres. É necessário ainda problematizarmos mais em relação aos dados obtidos aqui, principalmente no que tange a atuação da área de Serviço Social, entendendo que esta realidade se entrelaça inclusive no código de ética do assistente social, e este por sua vez pode atuar de maneira multidisciplinar, com prevenção desta problemática dentro das áreas de saúde e educação.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Karla Galvão. Sobre os estudos em masculinidades no Brasil: Revisitando o campo. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, [s.l.], v. 1 n. 3, p. 9-20, 2005. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/6135/3786>. Acesso em: 01 de jul. 2023.

BEIRAS, Adriano *et al.* **Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil**: mapeamento, análise e recomendações. Florianópolis: CEJUR, 2021. Disponível em: <http://www2.tjsc.jus.br/web/academia-judicial/ebook/mapeamento-1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.



BEIRAS, A.; BRONZ, A. **Metodologia dos grupos reflexivos de gênero**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2016.

CONNELL, Robert William. **Masculinidades**. México: Universidad Nacional Autónoma de México. Trad. Artigas, Irene Ma. 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7.ed. Barueri [SP]: Atlas, 2023.

JABLONKA, Ivan. **Homens justos: do patriarcado às novas masculinidades**. São Paulo: Todavia, 2021. Trad. Júlia da Rosa Simões.

KIMMEL, Michael. **A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas". Horizontes Antropológicos – Corpo, Doença e Saúde**. Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, n. 9, p. 103-117, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/B5NqQSY8JshhFkpgD88W4vz/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 14 jun. 2023.

ROMANOWSKI, J.P; ENS, R.T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. **Diálogos Educacionais**, v.6, n.6, p.37-50, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Hermerson de Moura. **Homens e masculinidades na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. 2012. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11310/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o\\_verse%c3%a3o%20final\\_DIGITAL.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11310/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o_verse%c3%a3o%20final_DIGITAL.pdf). Acesso em: 24 fev. 2023